

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DO  
SETOR DE SERVIÇOS NA ECONOMIA  
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO  
PERÍODO 2003/2014**

PILAR PICON MORAES  
matrícula nº: 112104382

ORIENTADOR: Prof. João Luiz Maurity Saboia

DEZEMBRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DO  
SETOR DE SERVIÇOS NA ECONOMIA  
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO  
PERÍODO 2003/2014**

---

PILAR PICON MORAES  
matrícula nº: 112104382

ORIENTADOR: Prof. João Luiz Maurity Saboia

DEZEMBRO 2017

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador João Saboia, por todo o apoio e ensinamentos, seja na sala de aula ou na pesquisa acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Sônia e Ronaldo, por todo apoio e amor incondicional.

Aos meus amigos de curso que sempre torceram por mim e me apoiaram no decorrer da graduação.

Ao meu namorado, Gabriel, pelas palavras de incentivo, carinho e paciência.

Ao Henrique Schmidt, pela disponibilidade e ajuda na manipulação dos dados.

## **RESUMO**

Nas últimas décadas o setor de serviços vem ganhando destaque na economia, reduzindo assim a parcela relativa da indústria. Atualmente, o setor terciário é responsável pela maior parte do PIB brasileiro. Dessa forma, é fundamental entender as transformações sofridas pelo setor de serviços nas últimas décadas, que modificaram tanto sua distribuição geográfica quanto sua distribuição entre as atividades do setor. Utilizando a RAIS e as variáveis emprego, número de estabelecimentos, massa salarial e salário médio se busca identificar a dinâmica dos serviços no período entre 2003 e 2014. Por ser um setor fundamental para a economia do país é importante compreender sua relação com o setor industrial. Assim, o estudo aqui desenvolvido analisa a relação entre os dois setores investigando a contribuição dos serviços para a produção industrial e comparando a interação entre seus processos de desconcentração regional. Entre os principais resultados encontrados pode ser mencionada a similaridade de movimentos na desconcentração regional da indústria e dos serviços no período analisado.

## **ABSTRACT**

In the last decades the services sector has been increasing its participation in the economy, thus reducing the relative share of the manufacturing sector. The services are presently responsible for most of the Brazilian GDP. Therefore it is important to understand the changes that this sector has undergone during the past decades, which have altered not only its geographical distribution, but also its distribution among the activities within the sector. By using RAIS data and the variables employment, number of establishments, wage mass and average salary this study aims to outline the services dynamic in the period of relative economic growth from 2003 to 2014. Since it is a fundamental sector for the country's economy, it is important to understand its relationship with the industry sector. Thus, this study analyses the relationship between the two sectors, investigating the contribution of services to the industrial production and comparing the interaction between their processes of regional deconcentration. Among the results found it could be mentioned the similarity of movements in the industry's and services' regional deconcentration in the analyzed period.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE SERVIÇOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....</b>	<b>9</b>
I.1 - Definição e classificação de serviços .....	9
I.2 - A contribuição dos serviços para a produção industrial.....	13
<b>CAPÍTULO II – A DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA E LOCALIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS.....</b>	<b>18</b>
II.1 - A trajetória da desconcentração regional.....	18
II.2 - A localização geográfica do setor de serviços .....	25
<b>CAPÍTULO III – PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR TERCIÁRIO NO BRASIL .....</b>	<b>30</b>
III.1 - O processo de desconcentração regional do setor terciário.....	30
III.2 – Diversificação das atividades do setor terciário.....	36
III.3 – Comparação entre o setor terciário e indústria .....	40
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

No período recente tem sido observado por diversos autores que tem ocorrido um processo de desconcentração regional da indústria, ou seja, regiões produtoras tradicionais estariam perdendo importância e novas áreas destinadas à produção estariam surgindo. Partindo desse pressuposto o presente estudo tem como objetivo analisar se movimento semelhante estaria ocorrendo no setor terciário, mais especificamente nas atividades de serviços.

O setor de serviços ganha cada vez mais espaço na economia brasileira. Ele é extremamente importante para a geração de empregos, criação de firmas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da economia. O setor é imensamente heterogêneo, abrange desde empresas de grande porte até pequenas empresas familiares. Entretanto, o estudo dos serviços ainda é relativamente pouco explorado, particularmente no Brasil, especialmente no que se refere à desconcentração regional.

Segundo dados do IBGE, o setor terciário já responde por 73% do PIB brasileiro e emprega 74% da força de trabalho. Alguns autores atribuem esse forte desempenho do setor em anos recentes à importância da globalização em muitos serviços. Além disso, o crescimento da participação no PIB pode ser ocasionado por uma combinação de fatores de demanda e oferta, como o crescimento da relevância dos insumos de serviços na produção de bens e de outros serviços. No Brasil o setor de serviços é fundamental para a indústria, sendo os serviços os principais insumos da produção industrial, representando 64,5% do valor adicionado à indústria.

Devido a essa importância dos serviços para a indústria alguns estudos afirmam ser a indústria um atrativo locacional para os serviços, ou seja, a indústria pode influenciar o padrão de localização dos serviços. Ademais, a maior parte das empresas de serviços exigem que a oferta esteja no próprio local da demanda. Assim as mesmas estariam localizadas nos grandes centros urbanos, onde a demanda por serviços é maior.

Em consequência desta característica dos serviços é de se imaginar que a partir do momento que ocorre um o processo de desconcentração regional da indústria os serviços seriam influenciados, e, conseqüentemente, ocorreria a desconcentração regional dos mesmos.

Visto isso, o presente trabalho irá analisar se ocorreu ou não desconcentração dos serviços a partir de dados coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é solicitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego às empresas formais. O período escolhido, 2003/2014, busca analisar o setor no momento da retomada do crescimento econômico e desaceleração, pós-crise de 2008. O período posterior a 2014 não é incluído, uma vez que a economia entrou em crise neste último ano e assim permanecia até o momento de fechamento desta monografia. Procurou-se dessa forma, evitar que os efeitos de uma crise em andamento pudessem distorcer os resultados.

Além desta introdução e da seção de conclusão, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo faz um breve resumo de como se deu o processo de desconcentração regional na economia brasileira. A primeira seção trata da trajetória do processo e a segunda estuda como as atividades de serviços estão localizadas no espaço regional do país. O capítulo II está voltado para o estudo do setor de serviços. A primeira seção busca entender as principais características dos serviços a partir da sua definição. A seção seguinte analisa a relação do setor com a indústria. Por último, o terceiro capítulo verifica se ocorreu o processo de desconcentração regional dos serviços. A primeira seção trata propriamente do processo, a partir da análise dos dados da RAIS, a segunda discute se teria ocorrido uma diversificação das atividades de serviços no período escolhido, enquanto a última seção estuda a relação entre o processo de desconcentração regional da indústria e do setor de serviços.

# **CAPÍTULO I – AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE SERVIÇOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

O presente capítulo se dedica a apresentar as principais características do setor de serviços ao longo da história, a partir da definição do que se entende por serviços. Além disso, será estudada a relação do setor de serviços com o setor industrial.

## **I.1 - Definição e classificação de serviços**

A visão sobre o setor de serviços variou muito ao longo do tempo. No início mercantilistas e fisiocratas entendiam que o trabalho era definido principalmente pela agricultura e pela indústria. Foi a partir dos pensadores clássicos que a economia política passou a se voltar também para a contribuição dos serviços ao desenvolvimento econômico. (KON, 2007)

A visão dos clássico acerca dos serviços está relacionada às diferentes concepções do processo de geração de valor na economia. De um lado encontramos autores que se utilizam da teoria do valor-trabalho, em que valor é definido a partir da quantidade de trabalho inserido durante o processo de produção de mercadorias. De outro lado, os autores que utilizam a teoria do valor-utilidade, onde o valor é concebido do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas.

Silva et al (2006b) destaca que desde o início, com os economistas clássicos, o setor de serviços é visto de forma negativa. Adam Smith, por exemplo, não considerava as atividades de serviços como produtivas. Já para Marx apenas as atividades de comunicação, transporte e de armazenamento de mercadorias eram consideradas relevantes para o setor. Para os keynesianos qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é considerada útil e produtiva. Na visão schumpeteriana os serviços são considerados complementares e relevantes para o consumo.

De acordo com Meirelles (2006) os dois principais autores clássicos são Smith e Marx, que utilizam a teoria do valor-trabalho em suas visões. Contudo, existem diferenças entre elas, que se dão no âmbito do processo gerador de valor. Para Smith um bem só possui

valor quando ele é palpável, concreto, visível e estocável, de maneira que o trabalho aplicado seja reprodutível, capaz de se perpetuar ao longo das transações econômicas. O trabalho produtivo é um trabalho reprodutível, que possibilita acumulação de riqueza. Por outro lado, o trabalho improdutivo não acumula riqueza, não forma uma reserva de valor. É o caso das atividades de serviços, que são intangíveis.

Em contrapartida, Marx considera que o trabalho é produtivo quando forma um excedente na economia. Assim, uma atividade é produtiva ou não quando a mesma é capaz de gerar mais-valia, sob a forma de lucros, sendo ela uma atividade de produção de bens ou uma atividade de serviço.

Por outro lado, uma vez que os utilitaristas concebem o valor do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas passam a considerar tanto bens materiais como os serviços partes fundamentais do sistema econômico, uma vez que são partes importantes das necessidades humanas. Contudo, a maioria dos utilitaristas não consegue abandonar visões predominantemente materiais da economia, fazendo com que a relação do caráter produtivo dos serviços seja feita ao grau de durabilidade dos produtos, isto é, relacionam a produtividade dos serviços a propriedades físicas e materiais. (MEIRELLES, 2006)

Segundo Mello et al (1998) foi apenas a partir dos anos 1930 que os serviços passaram a ser considerados como objeto na análise econômica. Antes o setor era definido de maneira residual, ou como improdutivo, sendo apenas complementar à indústria e à agricultura. Fisher (1933) e Clark (1940) foram os principais autores nesse período inicial. Fisher foi o primeiro a classificar as atividades econômicas em setores. Sendo o primeiro denominado de primário, composto pela agricultura; o secundário, composto pela indústria e o terciário, composto pelas demais atividades que não pertencem aos outros dois setores. Somente em 1957, ao lançar uma nova edição de seu livro, Clark substituiu a expressão “terciário” por “serviços”, pois a nova nomenclatura indicava uma crescente diversificação.

Para Galinari e Junior (2014), o estudo acerca do setor de serviços só passou a ser tratado de maneira mais aprofundada a partir dos anos 1970, quando o crescimento industrial no mundo perdia forças e os serviços começavam a despontar como possível elemento dinâmico da economia capitalista.

Meirelles (2006) destaca que nas abordagens contemporâneas há autores que centram suas análises nas características de oferta, isto é, nas características do processo de produção e do produto gerado. E, há autores que analisam por meio das características de consumo, relacionadas às funções desempenhadas pelos serviços e seus consumidores. A análise feita a partir da oferta distingue os serviços das outras atividades por meio de três características. A primeira é a de fluxo, que reflete as propriedades de simultaneidade e de continuidade dos serviços. O processo só ocorre quando há uma solicitação do usuário, de forma que o serviço ocorre sob a forma de fluxo. Essa simultaneidade entre solicitação e “produção” resulta em duas propriedades dos serviços: o fato do mesmo ser não estocável e a incomensurabilidade.

A segunda característica relaciona-se com a variedade, se referindo à diversidade de técnicas produtivas e às diferenças no tamanho e na margem de lucros das empresas. E, por último, a terceira característica, o uso intensivo de recursos humanos, que são o principal fator produtivo no processo de prestação de serviços.

Já as abordagens centradas nas características de demanda analisam os serviços a partir do seu uso, da função desempenhada e do tipo de consumidor. Devido a isso, a classificação das atividades do setor se dividem em duas categorias básicas: serviços intermediários e serviços finais.

Galinari e Junior (2014) consideram que dentre as principais definições de serviços existentes a de Hill (1977) é a mais satisfatória. A qual se segue:

*“um serviço pode ser definido como uma mudança na condição de uma pessoa, ou de um bem pertencente a algum agente econômico, que, mediante solicitação da pessoa ou da unidade econômica detentora do bem, resulta da atividade de outro agente econômico.”* (p. 318)

Segundo Kon (apud SILVA et al, 2006b) existem quatro linhas principais que resumem as definições mais recentes de serviços. A primeira se refere à indústria de serviços, que produz serviços em vez de bens; a segunda linha define os serviços como bens de consumo ou intermediários intangíveis; a terceira estabelece que serviços fazem parte do Produto Nacional Bruto (PNB), o qual mede o produto de itens intangíveis; e, por último, a ideia de que os serviços produzem bens intangíveis, que possuem como característica o fato de serem consumidos no momento da produção.

De acordo com Meirelles (2006), durante o século XX foi sendo notado que as inovações tecnológicas, inovações organizacionais e as novas formas de comercialização estariam provocando profundas transformações nos aspectos de produção e consumo dos serviços. Essas transformações provocaram algumas implicações, sendo a principal delas a redução da intangibilidade, da simultaneidade, da não possibilidade de armazenagem e da interatividade pessoal entre os prestadores e usuários de serviços. Diante desse novo cenário, com mudanças nas características dos serviços, surgem novas classificações para os serviços, que deixam de ser centradas nos fatores de oferta ou de demanda.

Por ser um setor que abrange diversas áreas, muito heterogêneas, existem diversas tipologias distintas para a classificação dos serviços. A maioria dos países e órgãos, como Banco Mundial e FMI, utiliza a International Standard Industrial Classification (Isic), formulada por especialistas reunidos pela ONU. Nessa classificação os serviços são divididos em distributivos, sem fins lucrativos, às empresas e ao consumidor. Meirelles (1998) ressalta que “por ser uma metodologia de cunho eminentemente industrial e derivada de uma visão essencialmente material (tangível) da economia, acaba-se tratando as atividades de serviço como uma categoria residual”.

No Brasil os serviços são classificados de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae). Atualmente, o Ministério do Trabalho e Emprego trabalha com duas versões: CNAE 2.0 e CNAE 95. A primeira versão delimita o setor em 15 seções, enquanto a CNAE 95 em 11 seções.

A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou por duas grandes alterações metodológicas desde seu surgimento. A primeira ocorrida entre 2002 e 2003, na qual passou a adotar o CNAE 1.0 em detrimento da CNAE original. Já a segunda mudança ocorreu entre 2007 e 2008, que passou a adotar o CNAE 2.0, utilizada até os dias atuais. (SILVA et al, 2016)

A PAS abrange apenas empresas com fins lucrativos e apresenta informações apenas dos setores não financeiros. Nela as atividades de serviços são agrupadas em sete segmentos: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e, outras atividades de serviços.

Galinari e Junior (2014) destaca que a partir de 2012 o Brasil ganhou uma nova classificação nacional para a identificação dos serviços como produtos, que veio para complementar a CNAE: a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), criada pelo Conselho de Competitividade do Setor de Serviços do Plano Brasil Maior.

Além dessas classificações os serviços costumam ser classificados de acordo com outros critérios, como seus usuários (serviços produtivos/intermediários ou serviços domésticos/finais), a natureza jurídica das unidades que os ofertam (público ou privado) e a forma de financiamento (mercantis ou não mercantis).

## **I.2 - A contribuição dos serviços para a produção industrial**

Na literatura existente o setor de serviços sempre teve um papel secundário, sendo muitas vezes comparado com a indústria, tanto em termos de produtividade, quanto na capacidade de geração de empregos. Nesta seção será tratada a relação, e contribuição do setor de serviços ao setor industrial, que vem crescendo a cada dia.

Bastos et al (2008) destaca que a partir de 1980, mais intensamente na década seguinte, com as mudanças tecnológicas os serviços passaram a ganhar mais espaço, devido à interação com o setor industrial. Essa mudança fez com que a produtividade da indústria aumentasse e concomitantemente a necessidade de mão de obra especializada. Assim, o setor de serviços por ser heterogêneo e flexível foi capaz de absorver a mão de obra pouco qualificada e forneceu conhecimento especializado, importante para a continuidade do processo tecnológico.

Ademais, devido ao processo de transformações proporcionado pelo novo paradigma econômico-tecnológico as especificidades dos serviços têm sido potencializadas. Com o surgimento e o uso de novas tecnologias são exigidos também novos serviços que acabam se tornando insumos fundamentais para os outros setores econômicos, particularmente para a indústria. (MELO et al, 1998)

É então notado que, a partir da segunda metade do século XX, as empresas industriais, que antes exerciam uma série de atividades de serviços, têm procurado, cada vez

mais, serviços profissionais especializados. Dessa forma, os serviços passam a atuar como transmissores de novas tecnologias, por meio de treinamentos, por exemplo, e até mesmo como desenvolvedores, como nos casos de softwares.

Diante disso fica evidente que umas das mudanças mais profundas ocorrida nos anos recentes diz respeito à natureza dos bens manufaturados. Cada vez mais bens e serviços estão se combinando tornando essa relação complexa, formando um terceiro produto, que nem é industrial, nem um serviço. Conseqüentemente, vem aumentando o consumo de bens com conteúdo cheio de serviços e de bens que são comercializados junto com serviços.

Destacamos dois bens como exemplo: o primeiro é o caso do iPad, onde 7% corresponde ao valor industrial, enquanto os demais 93% correspondem a serviços como licenças, softwares, marketing e marca. O segundo, o caso é o do telefone Nokia N95, em que 81,4% do seu preço final refere-se ao valor adicionado por serviços e apenas 18,6% a peças, partes e montagem. (ARBACHE, 2014a, 2014b)

Arbache (2014b) salienta que os serviços estão relacionados com a indústria por meio de duas famílias de funções distintas mas complementares. A primeira diz respeito às funções que interferem nos custos de produção. São exemplos: logística e transportes, serviços de infraestrutura, armazenagem, reparos e manutenção, TI, viagens, alimentação, acomodação, entre outros. Na segunda família encontramos serviços que contribuem para agregar valor, diferenciar e customizar produtos, por consequência esses elevam o preço de mercado e aumentam a produtividade do trabalho e a remuneração do capital. Dentre os serviços pertencentes a esse grupo temos os serviços de P&D, design, consultorias, softwares, marketing e etc.

Quanto maior for a cadeia de produção do bem, maior será a importância dos serviços de custos para a competitividade do mesmo. Os serviços de custos são de fundamental importância para bens commoditizados, como plantação de soja, minério de ferro, petróleo, roupas e etc. Do outro lado, quanto mais sofisticado e diferenciado for o bem, maior será a importância dos serviços que lhe agregam valor. Porém, vários bens necessitam de porções elevadas dos dois grupos.

A *smile face curve* mostra bem a importância dos serviços nas cadeias produtivas. Ela organiza as atividades industriais em forma sequencial e de acordo com a agregação de

valor, representada no gráfico 1. Nas pontas estão as partes que agregam maior valor, como: P&D, inovação, padronização, design e marketing. Já no meio da cadeia encontramos as etapas de montagem, produção e logística.

**Gráfico 1 - Smile curve na indústria**



Fonte: ARBACHE (2014b)

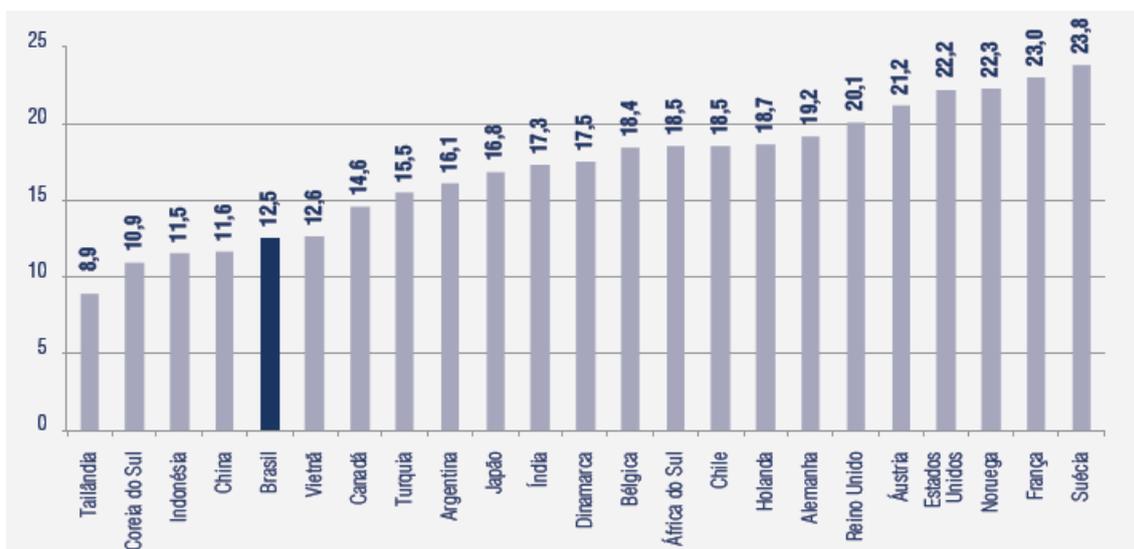
Arbache (2015) faz uma análise da relação entre serviços e valor adicionado e entre serviços e valor bruto da produção industrial entre os anos de 1996 e 2011. O autor observa que, durante os anos, ocorreu uma elevação na contribuição dos serviços para a indústria, porém, essa contribuição é mais forte no valor adicionado do que no valor bruto da produção. “No caso do primeiro indicador, passa-se de 44,8%, em 1996, para 64,5%, em 2011; no caso do segundo indicador, passa-se de 14,8% para 17,6%.”

Arbache (2014b) mostra que a participação dos serviços no valor adicionado industrial é muito alta e faz uma comparação com a participação dos mesmo no produto industrial bruto, dando destaque para o caso brasileiro.

A participação dos insumos de serviços no valor bruto da produção industrial no Brasil é de 12,5% (gráfico 2) e é considerada baixa, até mesmo para padrões de países emergentes. Já a relação entre insumos de serviços e valor adicionado é de 57% (gráfico 3) e pode ser considerada moderada. O autor atribui duas possíveis explicações para a relativamente maior relação entre serviços e valor adicionado ao compará-la com a relação

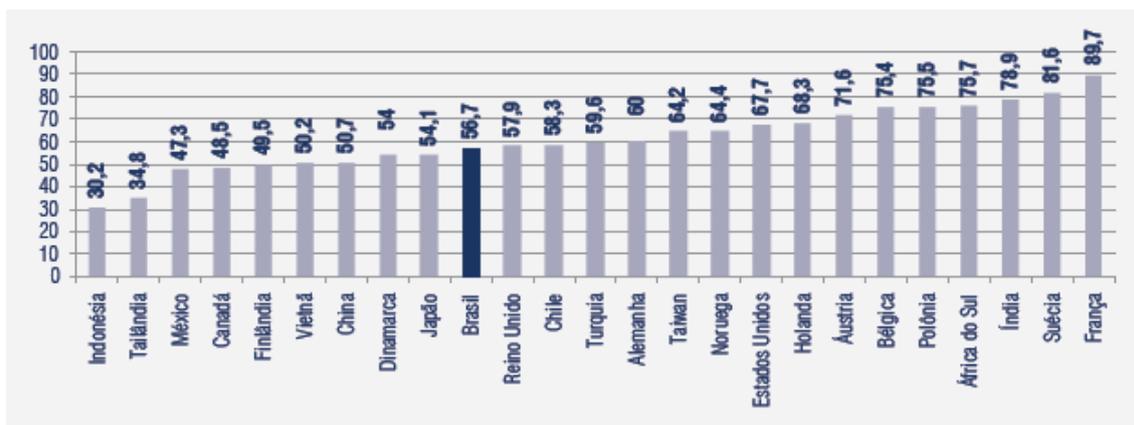
entre serviços e valor bruto da produção. Seriam a mudança dos preços relativos de serviços e de produtos industriais e baixo valor adicionado industrial. (ARBACHE, 2014b)

**Gráfico 2 - Participação dos insumos de serviços no produto industrial bruto (%) – 2005 ou ano mais próximo**



Fonte: ARBACHE (2014b)

**Gráfico 3 - Relação entre insumos de serviços e valor adicionado da indústria (%) – 2005 ou ano mais recente**

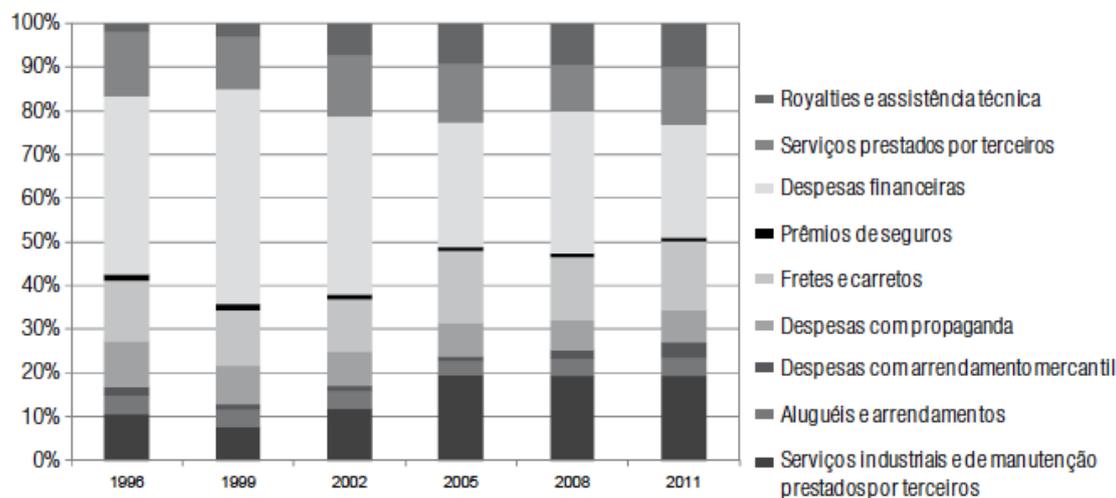


Fonte: ARBACHE (2014b)

Em relação aos serviços consumidos pela indústria ao longo do tempo, Arbache, (2015) observa que a mesma se mantém, porém algumas mudanças não podem passar despercebidas. É o caso do aumento das participações dos royalties e assistência técnica, despesas com arrendamento mercantil e fretes e carretos, como pode ser visto no gráfico 4.

Essa mudança pode ter ocorrido, devido a fatores como alteração na demanda por serviços industriais e mudanças nos preços relativos.

**Gráfico 4 - Decomposição dos serviços consumidos pela indústria**



Fonte: ARBACHE (2015)

Outra observação importante acerca do consumo de serviços pela indústria é feita por Arbache (2014b). O autor ressalta que as despesas financeiras são as mais relevantes dentre as atividades de serviços consumidas pela indústria, em 2011, com 26% do total. Tal fato se mostra inusitado, pois essa parcela é considerada elevada para padrões internacionais. Dessa maneira o autor atribui esse alto valor, provavelmente, às altas taxas de juros brasileiras.

Contudo, Arbache não acredita que são esses serviços, os mais intensamente utilizados, os mais críticos para a indústria. Para ele seriam aqueles serviços que partem de patamares mais baixos e vêm crescendo rapidamente. Dentre eles estão royalties e assistência técnica, serviços industriais e de manutenção prestados por terceiros e despesas com arrendamento mercantil.

Fato é que serviços e indústria estão lado a lado, seguindo padrões de países desenvolvidos. Os dois setores já possuem uma relação íntima no Brasil, o consumo intermediário de serviços aumentou ao longo do tempo e a relação com o valor adicionado atinge níveis somente comparáveis aos das economias avançadas.

## **CAPÍTULO II – A DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA E LOCALIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS**

Na historiografia recente muito se discute sobre o papel da indústria e sua importância na desconcentração da economia brasileira. De fato, ela é o grande motor de desenvolvimento do país, contudo, outros setores da economia vêm apresentando resultados significativos para compreender o processo de desconcentração regional ocorrido no Brasil. O setor de serviços, por exemplo, é um que com os anos vem ganhando importância no cenário nacional, e muito disto se deve ao fato do mesmo estar diretamente ligado às transformações ocorridas no setor industrial.

Dessa forma, o presente capítulo se dedica a discutir como ocorreu a desconcentração regional da economia como um todo, incluindo os cinco macro setores da economia (indústria, construção civil, serviços, agropecuária e comércio). Demonstrando que existiram fatores tanto internos como externos responsáveis pela ocorrência desse fenômeno. Porém, é preciso salientar que o processo de desconcentração é complexo, como já havia sido destacado por Pacheco 1996:

*“Compreender de forma sintética e dar sentido analítico à desconcentração econômica dos últimos anos não é uma tarefa simples porque este processo revela-se bastante complexo, diferenciado segundo setores de atividade e seus determinantes não se restringem a um ou outro aspecto particular.” (p. 126)*

### **II.1 - A trajetória da desconcentração regional**

Araújo (1999) verifica que o movimento de desconcentração se iniciou nos anos 40 e 50 por meio da ocupação da fronteira agropecuária, primeiro em direção ao Sul e, depois Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste. E só nos anos 70 essa desconcentração se estendeu para a indústria, dando uma maior força ao movimento, uma vez que a indústria possui encadeamentos para frente. Contudo, já durante a década de 1960 era possível perceber que ocorria uma desconcentração da indústria e da renda, de acordo com Silva e Teixeira (2014), em consequência do forte crescimento econômico do Brasil, observado na época.

Segundo Martine e Diniz (1991), a desconcentração agrícola teve início na década de 40, a partir de São Paulo, mas só ganhou força na década seguinte, quando o mesmo diminuiu sua participação no valor da produção agrícola de 34% para 24%. E no final da década de 60 tem início a desconcentração industrial de São Paulo.

Um fato que impulsionou o reconhecimento desse movimento foi a publicação das Contas Nacionais do Brasil na década de 1950. Essa revelou a desigualdade existente entre as regiões, em que o crescimento da renda e da atividade industrial eram heterogêneos entre as mesmas. O Sudeste era a região com maiores percentuais de concentração: com 80% da atividade industrial do Brasil, 69% dos serviços e 50% da agropecuária. Tal fato provocou o descontentamento de diversos segmentos das demais regiões, que passaram a exigir políticas regionais voltadas para elas. Assim, foram criadas superintendências com o objetivo de desenvolver essas regiões, são elas: SUDENE (1959), SUDESUL (1967), SUDECO (1967) e SUDAM (1968). Foi criado também, um conjunto de outros órgãos, como o Banco do Nordeste (BNB).

Além desses órgãos há outros incentivos por parte do governo federal que foram importantes para a expansão econômica brasileira. Entre eles estão o incentivo ao reflorestamento, ao turismo, à exportação e o subsídio ao crédito agrícola. A esses incentivos federais destinados ao Norte e Nordeste se juntaram os incentivos fiscais e creditícios estaduais destinados aos outros estados não beneficiados pelos primeiros. Dentre eles estão a isenção de ICM, doação de terrenos e até mesmo contribuição financeira, via participação acionária (DINIZ, 1993).

Em 1970, se desenvolve um processo de desconcentração regional apoiado pelo “Milagre Econômico” e através dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)<sup>1</sup>. Por se tratar de um plano de investimentos em que um dos objetivos era ampliar a capacidade exportadora do país, a economia brasileira iniciou um processo de inserção no cenário internacional. Outro fator importante que proporcionou a desconcentração da renda, nesse período, foi a expansão do setor terciário, derivado da expansão dos investimentos industriais e da expansão da fronteira agrícola. Esse processo de inserção provocou alguns impactos específicos nas regiões: na região Centro-Oeste a modernização tecnológica da

---

<sup>1</sup> Tratava-se de um ousado plano de investimentos públicos e privados dirigidos aos setores identificados como grandes pontos de estrangulamento da economia brasileira.

exploração agrícola foi impactada; no Sul a modernização da agricultura; no Norte o desenvolvimento dos complexos extrativos e na região Sudeste o impacto foi na economia como um todo.

Para Diniz (1993) essa desconcentração ocorrida a partir dos anos 70 teve algumas particularidades; não se pode dizer que a desconcentração, ou polarização reversa ocorreu no Brasil como um todo. Em um primeiro momento ocorreu uma relativa desconcentração industrial para o interior de São Paulo, o estado com maiores níveis de concentração, e para quase todos os outros estados. E, em um segundo momento houve uma reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-PortoAlegre-Florianopolis-São José dos Campos-Belo Horizonte.

No geral, os anos 70 são caracterizados, devido à política econômica, pelo avanço da indústria em praticamente todas as regiões e principais estados, mesmo no Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentaram redução na sua participação relativa no total nacional. (PACHECO, 1996). Porém, o processo de mudança espacial teve foco nas cidades mais do interior do país, contudo, foram privilegiados os centros urbanos dos estados já desenvolvidos, como São Paulo e regiões do Sul e do Sudeste. (BARROS et al. 2006)

A descentralização ocorrida na década de 70 possui seu foco no estado de São Paulo, principalmente na Região Metropolitana. Ela teve início com a retomada do crescimento e com a concentração econômica e populacional nessa região, que começou a apresentar deseconomias de urbanização. Além disso, as economias de aglomeração foram ampliadas em outras cidades, no próprio interior de São Paulo e em outros estados, contribuindo para a atração de empresas em outras regiões.

Com isso, é importante destacar que a desconcentração de São Paulo não ocorreu contra o interesse da classe empresarial paulista. A mesma refletiu o interesse das empresas do estado, uma vez que essa desconcentração foi introduzida pela necessidade de expansão das empresas paulistas. Dessa forma, as políticas públicas tiveram seu papel no processo de desconcentração, porém, a maior parte das mudanças ocorreu devido às necessidades específicas do processo de acumulação.

A década de 80 deve ser entendida no contexto dado pela profunda crise recessiva ocorrida na época, porém, ela não foge aos paradigmas da década anterior. A desconcentração

econômica continuou, com as regiões menos desenvolvidas crescendo acima da média nacional. Os dados do PIB regional confirmam a continuidade do processo de desconcentração, com destaque para a redução do peso do Sudeste devido ao menor crescimento de São Paulo e à taxa negativa do Rio de Janeiro. (PACHECO, 1996)

De acordo com Silva e Teixeira (2014) apesar das políticas regionais terem dado lugar às políticas de estímulo à exportação e de ter ocorrido uma redução dos investimentos, o processo de desconcentração continuou. Os poucos investimentos existentes foram concentrados nos bens intensivos em recursos naturais e em conjunto com a maturação dos investimentos do II PND proporcionaram a continuidade do processo. Assim, o mesmo ocorria por meio do ajuste da economia brasileira às condições internacionais. Devido a isso algumas regiões tiveram vantagens em relações a outras, aquelas que possuíam atividades ligadas à demanda externa se encaixaram no primeiro grupo. Ou seja, algumas regiões cresceram enquanto outros se mantiveram no patamar anterior.

Martine e Diniz (1991) observam, a partir das Contas Nacionais Regionalizadas, que devido à grave crise econômica o processo de desconcentração regional foi atenuado na primeira metade da década de 80. Isso se deve ao fato de que a desconcentração resulta da ocorrência de novos investimentos, e não do rearranjo das unidades produtivas já existentes, ou seja, é necessário que surjam novos investimentos para que o processo de desconcentração ocorra. Já em relação à desconcentração agrícola ocorre, nos anos 80, uma mudança no local da produção de grãos, que passa a ser intensa no Cerrado do Centro-Oeste e em áreas próximas do Nordeste e Minas Gerais.

Para Diniz (1993) o processo de desconcentração, principalmente o industrial, ocorrido nos 20 anos anteriores à década de 80 estaria sendo atenuado por diversos elementos e corria o risco de não ter continuidade. Entre os fatores que justificaram tal hipótese está a forte crise dos anos 80, que influenciou diretamente o surgimento de novos investimentos, fundamentais para as transformações regionais da indústria. Em segundo lugar, as transformações tecnológicas da época pareciam travar o processo de desconcentração regional, uma vez que essas transformações estariam reconcentrando algumas atividades nas áreas mais modernas do país. Além disso, devido à crise ocorreu uma queda nos investimentos estatais, nos incentivos e na construção de infraestrutura.

Há também outras questões relevantes, a distribuição regional e pessoal da renda. Por possuir o nível de renda médio e uma alta concentração de renda, o mercado brasileiro estaria ainda em construção. Dessa forma, a distribuição regional e pessoal da renda seria um obstáculo para a continuidade do processo de desconcentração regional. Por último, a velocidade de ocupação das regiões vazias devido à expansão da fronteira agropecuária e mineral e do deslocamento populacional vem sucumbindo por motivos como o aumento dos custos de transportes.

Pacheco (1996) destaca dois pontos fundamentais para entender como ocorreu o processo de descentralização nos anos 80 e início dos anos 90. Em primeiro lugar, haveria sim uma desconcentração mas não uma reversão da polarização, pois não existiam alternativas externas a São Paulo. Em segundo lugar, a desconcentração seria mais responsável pela fragmentação da economia nacional do que pelo crescimento das regiões do país.

Silva e Teixeira (2014) fazem uma observação importante acerca da desconcentração industrial e da renda em tempos de crise:

*“Em períodos de crises, as atividades industriais mais intensivas em tecnologia, como as presentes no Sudeste, sofrem perdas maiores em relação às atividades industriais com pouca tecnologia, como as presentes nas demais regiões. Portanto, o processo de desconcentração ocorre não pelo crescimento das regiões periféricas ser maior que a do Sudeste ou por maiores investimentos, mas devido à redução do crescimento desta última região ser maior que a redução do crescimento das demais regiões(...)”* (p. 123)

Na década de 1990 o governo continuou se mostrando ausente na tarefa de promover políticas regionais, de forma ainda mais drástica se compararmos com a década anterior. Nesse contexto, uma nova política entra em cena, a política neoliberal, deixando a política desenvolvimentista, presente há mais de 30 anos, para trás. Essa ausência do governo federal acabou por abrir espaço para a chamada “guerra fiscal” entre estados e municípios.

Dessa maneira, a prática de isenção fiscal foi usada como principal meio de atrair investimentos para as regiões e assim promover a descentralização regional da economia nos anos noventa. Contudo, as decisões de investimentos levam em consideração diversos outros fatores como: disponibilidade de mão de obra qualificada, proximidade ou facilidade de acesso ao mercado consumidor, disponibilidade de serviços públicos e etc. Assim, para que as regiões menos desenvolvidas recebam maiores investimentos seria necessário que os incentivos fiscais fossem maiores, uma vez que as mesmas tendem a ser menos providas

desses outros fatores. Diante disso, a guerra fiscal acaba beneficiando as regiões mais ricas, agravando a concentração regional.

Outro fator que influenciou o estado na promoção do desenvolvimento regional foi a abertura comercial realizada pelo governo Collor. Com ela ocorreu um aumento das importações que combinado com o novo regime cambial, após a implantação do Plano Real, provocou perdas para a região Sudeste, principalmente no setor da indústria. Outras regiões que possuíam o grau de industrialização mais alto também foram afetadas negativamente, é o caso do Sul.

Barros et al (2006) identifica que a abertura comercial e o regime cambial ocorridos nos anos 1990 tiveram impacto no mercado de trabalho, principalmente na variável do emprego. Foi verificada uma significativa queda do emprego industrial nas grandes metrópoles em comparação com outras regiões do interior do país. Em contrapartida, nas capitais vem ocorrendo um aumento dos empregos nos setores de serviço e comércio. Tal fato desencadeou no aumento da informalidade, uma vez que o setor industrial é caracterizado por um alto grau de formalização, enquanto os setores de serviços e comércio são conhecidos por terem grande parte de sua mão de obra na informalidade.

De acordo com Araújo (1999) a economia e a sociedade brasileira dos anos noventa estavam inseridas em um novo contexto, no qual a estrutura econômica, as relações de trabalho e as formas de inserção do Brasil no cenário internacional precisavam ser redefinidas. Esse novo contexto introduz novos fatores de competitividade e conseqüentemente surgem novos condicionantes de localização das atividades produtivas. Tal fato influencia diretamente no desenho produtivo regional do país, uma vez que as atividades passam a possuir novas localidades. Dessa forma, é necessário que a política de desenvolvimento regional seja repensada.

Os anos 2000 vêm colocar em destaque as políticas regionais com a volta do desenvolvimentismo, nomeado agora de novo desenvolvimentismo, que havia sido substituído pela política neoliberal na década anterior. Assim, o planejamento regional é retomado, principalmente a partir de 2006 e vemos que a economia brasileira passou a crescer continuamente sendo acompanhada pela desconcentração da produção e da renda.

De acordo com Araújo (apud TOPPAM, 2017) a questão social como política nacional foi retomada a partir de 2007 com a criação da I Política Nacional de Desenvolvimento Regional, após um período que ficou marcado pela ausência desse tipo de política em conjunto com o advento da política neoliberal na década de 90. Porém, a I PNDR não teve uma repercussão esperada, seus resultados tiveram muito a ver com as políticas universais instauradas, como o avanço de programas sociais, investimento em infraestrutura e expansão do ensino superior.

Na década anterior o Brasil sofreu algumas crises por contágio (México, 1995; Ásia, 1997; e, Rússia, 1998), além da desaceleração em 2000 do crescimento dos EUA e Argentina, que acabaram por influenciar a economia brasileira, principalmente o Sudeste do país. Tal fato proporcionou que o processo de desconcentração ocorrido nos anos 2000 fosse mais intenso comparado com o período anterior. Enquanto o Sul e o Sudeste perdem participação média no PIB o Norte e o Centro-Oeste aumentam sua participação. Com destaque para o Centro-Oeste que aumentou sua participação em 50% em relação ao período anterior. (SILVA e TEIXEIRA, 2014)

Saboia (2013) faz um estudo sobre a desconcentração regional da indústria nos anos 2000. O autor encontra que o processo foi intenso no período analisado, beneficiando, principalmente, a região Sul. Com perdas na RMSP, considerada a região com maior densidade industrial, que enfrentou um esvaziamento na sua indústria. Barros et al (2006) estudam a desconcentração industrial a partir da variável emprego. Os autores observam que a década de 2000 é marcada pela realocação do emprego industrial, que deixa de se concentrar nas grandes metrópoles. Essa transformação ocorre, principalmente, devido à abertura comercial ocorrida no período, a mudança no papel do Estado, a criação do MERCOSUL e as mudanças tecnológicas.

Por outro lado, Silva (2008) estudou a desconcentração no setor de serviços e não encontra resultados tão satisfatórios:

*“A desconcentração ocorrida nos serviços no período 1985-2004, além de insuficiente para reduzir significativamente a forte concentração ainda existente, acabou sendo, em parte, atenuada pela variação regional da população brasileira. Ou seja, em muitos estados e nas macrorregiões mais pobres cresceram mais a população do que o PIB Total e setorial do Terciário, portanto, exercendo efeito redutor sobre o produto per capita.” (p. 22)*

Outro ponto importante observado por Barros et al (2006) é que a geração de empregos com carteira de trabalho assinada está, na maior parte, ocorrendo nas mesorregiões das capitais, no setor de serviços, enquanto a indústria está se deslocando para as cidades do interior, confirmando a tendência da década anterior, na qual a desconcentração da indústria estaria ocorrendo por meio da fuga das grandes capitais. Acontecendo, principalmente, no eixo Sul/Sudeste, em direção ao interior dos estados mais desenvolvidos.

Saboia (2013) afirma que o crescimento da economia e, em particular da indústria, contribuiu para o aumento do nível de emprego e de salário, abrindo assim novas oportunidades de investimentos industriais. Além disso, outros fatores foram responsáveis por atrair investimentos nas mais variadas regiões do país. Podemos citar as vantagens fiscais, creditícias, logísticas e infraestrutura oferecidas pelos governos municipais; a oferta de mão de obra e os menores salários também são elementos que direcionaram os novos investimentos para fora dos grandes centros. Do outro lado temos alguns fatores que influenciaram negativamente que novos investimentos ocorressem nas grandes metrópoles: o fato de existirem regiões com problemas ambientais, maior organização dos trabalhadores e salários mais elevados.

Dessa forma, podemos observar que o a desconcentração regional ocorrida nos anos recentes foi possibilitada, em grande parte, pelo novo papel desempenhado pelo Estado, com a volta das políticas regionais. Grande responsável por tal fato foi a melhora no cenário externo aliada à estabilidade da economia, principalmente depois de 2005, quando o Brasil deixou de sofrer as imposições do FMI. É necessário então que investimentos continuem ocorrendo na área da educação e em infraestrutura, pois esses são fundamentais para a continuidade do processo de desconcentração regional, portanto, o país necessita que o Estado continue sendo o principal agente da economia brasileira.

## **II.2 - A localização geográfica do setor de serviços**

Como todo empreendimento, as empresas de serviços também possuem preocupação com sua localização no espaço. O padrão de ocupação é determinado por um mínimo de mercado para os serviços ofertados e pela acessibilidade dos mesmos. Devido a sua natureza a localização dos serviços deve acontecer em lugares ou centros urbanos que possibilitem um nível mínimo de procura.

Uma das características mais marcante do setor de serviços é a sua heterogeneidade, ele é composto por inúmeras atividades, dos mais variados tipos, desde atividades ligadas ao transporte aéreo, até atividades relacionadas ao setor público. Por esse motivo o setor também apresenta uma estrutura heterogênea na sua localização, no emprego da mão de obra e da tecnologia. De acordo com Polése e Morollón (apud PEROBELLI et al 2016) existiriam quatro tipos de serviços de acordo com sua distribuição espacial: i) aqueles que necessitam das economias de aglomeração; ii) serviços que necessitam estar próximos ao mercado consumidor; iii) serviços que necessitam de atributos geográficos e naturais; e iv) serviços ligados ao setor público e ao contexto histórico e/ou institucional.

De acordo com Silva e al (2013) o setor de serviços possui uma característica que acaba por influenciar na determinação locacional do mesmo. O setor apresenta uma elasticidade-renda da demanda maior que um, isto é, uma elevação da renda implica em um aumento mais que proporcional da demanda. Tal característica faz com que as disparidades regionais sejam acentuadas, uma vez que as regiões que apresentam um maior nível de renda per capita tendem a ter um setor de serviços mais representativo ao se comparar com os demais setores.

A avaliação da localização do setor de serviços, geralmente, leva em consideração dois níveis: a) o nível interurbano, que considera o território em sua totalidade e verifica a influência da distribuição da população e dos serviços; b) nível intraurbano, onde o foco é como os serviços se localizam nos municípios, particularmente, como se dá a distribuição nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

Dentro desse contexto, de avaliação da localização do setor de serviços, há uma vertente que avalia a relação dos tipos de serviços com a localização em relação à distribuição territorial da população. Essas teorias partem do princípio que há uma relação entre os tipos de serviços e o espaço. A localização dos serviços é diferenciada entre as cidades de acordo com sua importância na hierarquia urbana, ou sua extensão, por exemplo: a distância que um consumidor está disposto a percorrer para consumir determinado serviço, levando em conta os custos de transporte. Ou ainda de acordo com o limite espacial devido à necessidade emergencial da oferta do serviço pelo seu público consumidor, exemplo: se o produtor irá encontrar mercado consumidor suficiente para auferir lucro.

Diante disto, surge a hipótese da necessidade ou não de proximidade entre os consumidores e serviços oferecidos. Os serviços mais comuns estão localizados na maioria das cidades, uma vez que possuem um mercado mais limitado. Já os serviços mais complexos se concentram nas maiores regiões, e são fornecidos em áreas mais amplas. Já Ruiz (2006) faz uma análise em relação às áreas rurais e urbanas: enquanto as empresas localizadas nas áreas centrais possuem maior probabilidade de interação inter-regional, nas empresas localizadas nas áreas rurais predomina o contato intra-regional ou local.

Por outro lado, há nos serviços uma liberdade de localização devido à existência de meios de transporte cada vez mais evoluídos e conseqüentemente mais rápidos. A existência de uma boa infraestrutura de transportes possibilita a propagação do setor de forma mais rápida e eficiente.

A concentração de um determinado tipo de serviço também pode estar relacionada com as características naturais da região ou devido à localização geográfica que pode resultar em algumas vantagens, permitindo a expansão de determinadas atividades de serviços.

Outro ponto fundamental ao analisar o processo locacional do setor de serviços é entender a relação do mesmo com a indústria. O desenvolvimento da indústria e a urbanização impactam diretamente no desempenho do setor. Ao se dinamizar a indústria atrai um maior fluxo de pessoas e atividades nas cidades, com essa nova realidade o setor terciário se faz necessário. Além disso, uma maior industrialização proporciona um aumento da mão de obra nas cidades, devido à existência de migrações. Tal fato ocorreu no Brasil nos anos pós 1980, no qual a economia brasileira passava por um movimento de abertura econômica que acabou ocasionando uma reestruturação industrial. Diante disto, o setor terciário ganhou nova importância, passando a absorver a mão de obra não absorvida pelos outros setores. Devido ao novo cenário, a indústria não era capaz de reter o contingente populacional, uma vez que a produção se tornara intensiva em capital e havia uma crescente automatização do setor. Silva et al (2013) ressalta:

*“O crescimento urbano brasileiro resultou na crescente oferta de serviços e comércio, ressaltando o papel social dessas atividades para empregar parcela significativa da população e atender as necessidades demandadas pela sociedade. Percebe-se assim o crescimento das atividades bancárias e financeiras, comerciais, do número de hotéis, restaurantes, salões de beleza, entre outras.” (p. 8)*

Na década seguinte, anos 1990, o país passava por um processo de terceirização, devido à reestruturação produtiva, na qual o setor terciário ganhava destaque uma vez que o mesmo era usado como determinante para escolhas locacionais dos investimentos. Ademais, os novos avanços tecnológicos possibilitaram uma maior oferta de serviços variados fundamentais para a economia reestruturada. (SILVA, 2008)

Segundo Azzoni (2005), a terciarização da economia levaria a um aumento da concentração dos serviços. Tal tendência ocorreria devido a algumas características do setor. O ramo moderno, por exemplo, requer uma mão de obra mais qualificada, assim é de se esperar que o setor encontre dificuldades de se desenvolver muito rapidamente nas regiões mais pobres, que são carentes desse tipo de mão de obra. E como o setor apresenta alta elasticidade-renda observa-se que o desenvolvimento ocorre primeiro nas regiões mais ricas.

De acordo com Perobelli et al (2013) a presença dos serviços ligados ao indivíduo está relacionada ao tamanho da população e ao poder de gasto da mesma. Quando essas duas variáveis aumentam, a demanda por serviços se modifica, tanto em quantidades, quanto em termos de variedade. O autor ainda ressalta que as atividades de serviços que são mais complexas e sofisticadas, como é o caso dos serviços industriais, financeiros e de entretenimento se concentram nas maiores regiões metropolitanas. Portanto, a complexidade e heterogeneidade induzem a aglomeração do setor de serviços nas funções de mais alto nível. Por outro lado, as atividades mais rotineiras se localizam mais dispersamente.

Além da demanda da população por serviços, a indústria cada vez mais vem demandando serviços, o que acaba por influenciar na localização das empresas de serviços. Silva et al (2006) demonstra que as empresas de serviços de alta produtividade poderiam ser atraídas por empresas de alta tecnologia por meio de políticas de desenvolvimento regional. Porém, faz a observação que as empresas intensivas em P&D são as menos sensíveis a re-localizações, pois necessitam de lugares com uma variada infraestrutura tecnológica e urbana. Tal fato dificulta a desconcentração dos serviços uma vez que os setores industriais mais modernos ainda apresentam alta concentração. Logo, a desconcentração dos serviços está relacionada com a re-localizações de empresas e setores industriais inovadores.

Ademais, a partir da segunda metade do século XX é notado que as empresas industriais que antes exerciam uma série de atividades de serviços, têm procurado, cada vez mais, serviços profissionais especializados. Dessa forma, os serviços passam a atuar como

transmissores de novas tecnologias, por meio de treinamentos, por exemplo, e até mesmo como desenvolvedores, como nos casos de softwares (SILVA et al, 2006). Esse novo cenário comprova, mais uma vez, a necessidade da localização dos serviços ser influenciada pela localização do setor industrial.

Em suma, a maioria dos autores observa uma considerável relação da localização do setor de serviços com uma série de fatores, como: a proximidade do mercado consumidor, proximidade com as empresas industriais, fatores naturais, tamanho do município e tamanho da população. Tendo em vista tal fato é possível concluir que o estudo do processo de localização dos serviços no Brasil é complexo, principalmente, pelo setor apresentar uma vasta diversidade.

## **CAPÍTULO III – PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR TERCIÁRIO NO BRASIL**

O setor de serviços apresentou forte crescimento nos últimos anos, seu peso no PIB brasileiro é bem maior que o peso da indústria, causando assim uma forte influência sobre a economia. Além disso, é o setor que mais gera empregos no país, ou seja, as condições do setor acabam afetando os demais setores da economia. Diante disso o presente capítulo busca analisar se estaria ocorrendo um processo de desconcentração regional do setor de serviços<sup>2</sup> semelhante ao que vem ocorrendo com a indústria conforme discutido no capítulo 1.

### **III.1 - O processo de desconcentração regional do setor terciário**

A análise será feita a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é solicitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>3</sup>. O período analisado será entre os anos de 2003 e 2014, período em que a economia brasileira apresentou crescimento na maior parte dos anos. As variáveis utilizadas serão: emprego, número de estabelecimentos, massa salarial e o salário médio, calculado a partir das variáveis de emprego e massa salarial. A unidade regional utilizada são os estados e o Distrito Federal.

As quatro variáveis confirmam o crescimento dos serviços ao longo dos anos. O número de empregos teve uma taxa de crescimento de 70,14%, o número de estabelecimentos cresceu 61,12%, a massa salarial 124,5% em termos reais, e o salário médio real teve um aumento de 31,94%.<sup>4</sup> Além disso, todos os estados apresentaram ganhos nas quatro variáveis entre os anos de 2003 e 2014, ilustrado nas tabelas do anexo estatístico.

São Paulo continua sendo o estado com maior força econômica, o mesmo apresenta os maiores valores absolutos para as variáveis, com exceção do salário médio, porém, seu crescimento foi menor se comparado com outros estados. Roraima, por exemplo, apresentou o maior crescimento para o número de empregos e a massa salarial: 251% e 330%,

---

2 O setor de serviços analisado neste capítulo inclui também o comércio.

3 A RAIS tem a vantagem de cobrir todas as regiões do país e todos os segmentos da economia. Sua principal desvantagem é se limitar ao setor formal da economia.

4 Para o cálculo do salário real foi utilizado como deflator o INPC.

respectivamente. Por outro lado, São Paulo apresentou crescimento de 67% e 104% para as mesmas variáveis.

De fato, ocorreu crescimento em todos os estados, contudo aqueles que apresentam menor expressividade no setor de serviços cresceram em um ritmo mais intenso que os estados mais expressivos. Os estados do Sul e Sudeste continuam sendo os de maior representatividade no setor, no entanto, a diferença entre eles e os estados das outras regiões diminuiu entre os anos.

A análise dos números absolutos mostra resultados significativos para o crescimento do setor de serviços, porém, pela distribuição percentual fica mais evidente o processo de desconcentração regional que vem ocorrendo no setor.

O número de empregos ainda apresenta uma elevada concentração, onde apenas três estados detêm quase 50% dos empregos do setor. São Paulo, apesar da perda de participação da ordem de 0,5 pp, continua sendo o estado com maior concentração dos empregos de serviços. O Rio de Janeiro, encontra-se na segunda colocação dos estados mais concentrados, apresentando a maior queda na distribuição do número de empregos.

O Rio Grande do Sul perdeu participação, de 0,43 pp, entre os anos, caindo da terceira para a quarta colocação no ranking geral. Santa Catarina que em 2003 já estava entre os estados com maior concentração do número de empregos, apresentou um dos maiores ganhos, indo na tendência oposta. Por outro lado, estados como Ceará e Pará, que apresentam uma menor concentração também tiveram ganhos expressivos, de 0,34 e 0,32, respectivamente.

Outros estados também merecem atenção dado que mesmo não estando entre os principais empregadores obtiveram ganhos significativos na participação do emprego, são eles: Amazonas, Maranhão e Mato Grosso. Com destaque negativo temos Sergipe e Rio Grande do Norte perdendo participação de 0,03 pp. A tabela 1 ilustra tais resultados.

<b>Tabela 1 - Distribuição percentual empregos do setor de serviços por estado - 2003/2014</b>			
<b>Estados</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Variação (pp)</b>
35 - São Paulo	28,65	28,15	-0,50
33 - Rio de Janeiro	11,47	10,36	-1,11
31 - Minas Gerais	10,11	9,67	-0,44
41 - Paraná	5,98	5,96	-0,03
43 - Rio Grande do Sul	6,24	5,81	-0,43
29 - Bahia	5,09	5,07	-0,02
42 - Santa Catarina	3,53	3,88	0,34
26 - Pernambuco	3,36	3,70	0,34
53 - Distrito Federal	3,49	3,30	-0,19
23 - Ceará	2,83	3,17	0,34
52 - Goiás	2,84	2,94	0,10
15 - Pará	2,05	2,37	0,32
32 - Espírito Santo	1,93	2,00	0,07
21 - Maranhão	1,37	1,67	0,30
51 - Mato Grosso	1,28	1,47	0,19
25 - Paraíba	1,43	1,44	0,02
24 - Rio Grande do Norte	1,38	1,35	-0,03
13 - Amazonas	1,09	1,30	0,21
50 - Mato Grosso do Sul	1,18	1,23	0,05
27 - Alagoas	0,95	1,05	0,10
22 - Piauí	0,97	1,03	0,06
28 - Sergipe	0,90	0,87	-0,03
11 - Rondônia	0,69	0,78	0,10
17 - Tocantins	0,56	0,60	0,04
16 - Amapá	0,26	0,32	0,05
12 - Acre	0,27	0,31	0,03
14 - Roraima	0,11	0,23	0,12
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em relação aos estabelecimentos temos uma configuração semelhante aos empregos, os três estados mais concentrados são os mesmo: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, porém este último tem maior participação que o Rio de Janeiro. Apesar disso, os estados apresentaram perda da representatividade – 1,43 pp; 1,74 pp e 0,46 pp, respectivamente. Esses três estados detinham mais de 50% dos estabelecimentos, caindo para 47,56% no ano de 2014. Entre os estados com maiores participação temos Paraná e Santa Catarina aumentando sua participação, com uma variação muito pequena, de apenas 0,10 pp.

Bahia e Goiás são os estados que obtiveram maior ganho na participação dentre os anos, e estão colocados logo abaixo dos seis estados com maior representatividade. Pernambuco, Ceará, Mato Grosso e Pará também apresentaram crescimento na sua participação.

**Tabela 2 - Distribuição percentual estabelecimentos do setor de serviços por estado - 2003/2014**

Estados	2003	2014	Variação (pp)
35 - São Paulo	28,77	27,34	-1,43
31 - Minas Gerais	12,39	11,94	-0,46
33 - Rio de Janeiro	10,02	8,28	-1,74
41 - Paraná	7,52	7,62	0,10
43 - Rio Grande do Sul	8,46	7,61	-0,85
42 - Santa Catarina	5,31	5,40	0,10
29 - Bahia	4,57	4,98	0,41
52 - Goiás	2,97	3,50	0,53
26 - Pernambuco	2,70	3,08	0,38
23 - Ceará	2,25	2,61	0,36
32 - Espírito Santo	2,23	2,18	-0,04
53 - Distrito Federal	1,91	1,93	0,02
51 - Mato Grosso	1,45	1,84	0,38
15 - Pará	1,24	1,60	0,37
50 - Mato Grosso do Sul	1,32	1,42	0,11
24 - Rio Grande do Norte	1,03	1,25	0,22
21 - Maranhão	0,90	1,21	0,31
25 - Paraíba	1,01	1,17	0,15
27 - Alagoas	0,73	0,91	0,19
22 - Piauí	0,64	0,86	0,22
11 - Rondônia	0,61	0,78	0,17
28 - Sergipe	0,65	0,72	0,07
13 - Amazonas	0,54	0,66	0,12
17 - Tocantins	0,40	0,56	0,16
12 - Acre	0,16	0,21	0,05
16 - Amapá	0,14	0,20	0,06
14 - Roraima	0,10	0,14	0,05
Total	100,00	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

São Paulo continua sendo o estado com o maior volume de massa de salários, porém a mesma teve uma variação negativa, significativa, de 3,08 pp entre os anos. Rio de Janeiro, que é o segundo estado com maior volume apresenta apenas 11,4% da massa nacional contra 30,59% do estado de São Paulo.

O Distrito Federal aparece como destaque na massa salarial. Mesmo tendo perdido participação é o quarto no ranking geral concentrando 6,04% do total. Rio Grande do Sul foi outro estado que estando no topo perdeu participação durante os anos. Entre os estados que obtiveram maiores ganhos estão Santa Catarina, Pernambuco, Goiás, Ceará e Pará.

Até mesmo os estados com menor concentração da massa de salários apresentaram ganho no período analisado. São eles: Acre com um aumento na participação do volume da massa de 0,06 e Roraima com ganho de 0,12.

**Tabela 3 - Distribuição percentual massa salarial do setor de serviços por estado - 2003/2014**

Estados	2003	2014	Variação (pp)
35 - São Paulo	33,67	30,59	-3,08
33 - Rio de Janeiro	12,60	11,40	-1,20
31 - Minas Gerais	8,19	8,33	0,15
53 - Distrito Federal	6,72	6,04	-0,67
43 - Rio Grande do Sul	6,66	5,80	-0,86
41 - Paraná	5,38	5,75	0,37
29 - Bahia	3,78	4,15	0,37
42 - Santa Catarina	3,24	3,74	0,50
26 - Pernambuco	2,56	3,08	0,52
52 - Goiás	2,17	2,62	0,46
23 - Ceará	1,99	2,42	0,44
15 - Pará	1,62	2,09	0,46
32 - Espírito Santo	1,63	1,81	0,17
51 - Mato Grosso	1,06	1,45	0,39
21 - Maranhão	0,98	1,32	0,34
50 - Mato Grosso do Sul	1,01	1,23	0,22
13 - Amazonas	1,07	1,22	0,14
24 - Rio Grande do Norte	0,96	1,17	0,20
25 - Paraíba	0,99	1,12	0,14
27 - Alagoas	0,64	0,82	0,18
22 - Piauí	0,63	0,82	0,19
28 - Sergipe	0,67	0,78	0,11
11 - Rondônia	0,64	0,71	0,07
17 - Tocantins	0,43	0,60	0,17
16 - Amapá	0,32	0,38	0,06
12 - Acre	0,26	0,31	0,06
14 - Roraima	0,13	0,24	0,12
Total	100,00	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

O Distrito Federal apresenta o maior salário médio nos serviços tanto em 2003 quanto em 2014. Isso se deve em grande parte aos altos salários pagos nos setores de Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados, e no setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. Diferentemente das outras variáveis o estado do Amapá se destaca com o segundo maior salário médio, R\$ 2.845 no ano de 2014. Tal fato ocorre devido à alta participação da administração pública no setor de serviços no estado. Fenômeno semelhante é encontrado em outros estados menos desenvolvidos como Acre e Roraima. Apenas oito estados pagavam salários médios maiores que a média nacional de R\$ 2.376 em 2014.

**Tabela 4 - Salário médio do setor de serviços por estado - (2003/2014) - R\$ de 2014**

Estados	2003	2014	Variação (%)
53 - Distrito Federal	3.470	4.356	25,54
16 - Amapá	2.204	2.845	29,07
33 - Rio de Janeiro	1.978	2.614	32,11
35 - São Paulo	2.117	2.582	21,98
14 - Roraima	2.054	2.517	22,56
12 - Acre	1.707	2.425	42,08
17 - Tocantins	1.378	2.386	73,17
50 - Mato Grosso do Sul	1.542	2.378	54,26
43 - Rio Grande do Sul	1.923	2.373	23,41
51 - Mato Grosso	1.488	2.344	57,57
41 - Paraná	1.620	2.294	41,58
42 - Santa Catarina	1.654	2.291	38,56
13 - Amazonas	1.781	2.222	24,80
11 - Rondônia	1.686	2.167	28,51
32 - Espírito Santo	1.527	2.151	40,84
28 - Sergipe	1.327	2.127	60,22
52 - Goiás	1.375	2.120	54,16
15 - Pará	1.425	2.093	46,88
24 - Rio Grande do Norte	1.257	2.057	63,70
31 - Minas Gerais	1.459	2.048	40,40
26 - Pernambuco	1.369	1.976	44,35
29 - Bahia	1.338	1.944	45,28
22 - Piauí	1.162	1.897	63,25
21 - Maranhão	1.292	1.883	45,79
27 - Alagoas	1.219	1.864	52,92
25 - Paraíba	1.243	1.848	48,60
23 - Ceará	1.265	1.818	43,76
Total	1.801	2.376	31,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

A distribuição percentual das variáveis, número de empregos, número de estabelecimentos e massa salarial certificam que São Paulo perdeu participação no geral e que novos estados vêm ganhando posição. Pernambuco é um desses e apresentou ganhos expressivos nas três variáveis. Os estados do Centro-Oeste e Nordeste merecem destaque, visto que também obtiveram crescimento e ganho de participação.

A análise da distribuição percentual confirma que um processo de desconcentração regional vem ocorrendo no setor de serviços. Tal processo se deu pelo crescimento acelerado dos estados com menor participação, e não pelo insuficiente desempenho dos principais estados.

Outra maneira de verificar a ocorrência de desconcentração é por meio do índice Herfindahl-Hirschman (HHI), que mede a concentração por meio da soma dos quadrados dos *market shares* individuais dos estados do país. O índice varia entre 0 e 10.000 e quanto mais perto de 10.000 maior a concentração. Nesta seção o HHI será usado para medir o grau de concentração do setor de serviços entre os estados.

Todas as três variáveis apresentaram queda do índice, confirmando a análise anterior de que estaria ocorrendo um processo de desconcentração regional do setor de serviços. A variável emprego foi a que apresentou a menor queda entre os anos, e é a variável que apresenta os menores valores do índice HHI, o que significa que a mesma possui uma menor concentração regional. Por outro lado, a massa salarial é a variável que apresenta maiores valores, devido aos maiores diferenciais salariais entre os estados. Contudo, foi a variável que apresentou a maior queda entre o período analisado. Os estabelecimentos apresentaram uma queda percentual de 9%, mostrando que também os estabelecimentos do setor de serviços estão se deslocando para regiões menos desenvolvidas. A tabela 5 ilustra essas observações.

<b>Tabela 5 - Índice de concentração Herfindahl-Hirschman (HHI) do setor de serviços - 2003/2014</b>			
<b>Variável/Ano</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Variação da desconcentração (%)</b>
<b>Empregos</b>	1.229	1.172	-4,6
<b>Estabelecimentos</b>	1.299	1.182	-9,1
<b>Massa Salarial</b>	1.532	1.312	-14,3
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS			

### **III.2 – Diversificação das atividades do setor terciário**

Nesta seção será estudada a dinâmica das atividades de serviços no país a partir das variáveis usadas anteriormente: massa salarial, emprego, estabelecimentos e salário médio, com o objetivo de analisar quais atividades possuem mais peso no setor no país. No anexo encontram-se os valores absolutos para cada atividade de serviços. Foi utilizada a classificação de seção da CNAE 95<sup>5</sup> para os anos de 2003 e 2014.

A distribuição setorial do emprego sofreu algumas mudanças significativas no período analisado. O setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social foi o que

<sup>5</sup> Optou-se por usar essa classificação, pois a mesma abrange um período maior de tempo, incluindo os anos selecionados para o estudo.

apresentou maior queda, perdendo 6,8 pp, deixando de ser o setor que mais emprega, em 2014. Outros setores também perderam participação, porém são setores que possuem menor importância, como é o caso dos Serviços Domésticos, que detêm parcela muito pequena dos empregos de serviços, apenas 0,1.<sup>6</sup>

Os setores de Atividades Imobiliárias, Aluguéis, e Serviços Prestados as Empresas, e Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos ganharam participação entre os anos e passaram a representar quase a metade dos empregos de serviços (43,56%).

<b>Tabela 6 - Distribuição percentual empregos no setor de serviços por atividades - 2003/2014</b>			
<b>Setores</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Varição (pp)</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	23,65	26,42	2,76
Alojamento e Alimentação	4,14	5,26	1,12
Transporte, Armazenagem e Comunicações	6,73	7,55	0,82
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	2,66	2,35	-0,31
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	14,84	17,14	2,30
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	32,36	25,55	-6,80
Educação	4,30	5,22	0,92
Saúde e Serviços Sociais	5,40	5,81	0,41
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	5,87	4,67	-1,19
Serviços Domésticos	0,04	0,01	-0,03
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0,01	0,01	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

O setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social possui, mais uma vez, papel de destaque, visto que o mesmo ainda detinha 36,4% da massa de salários dos serviços em 2014. Mesmo tendo perdido participação no período manteve a primeira posição entre as maiores massas de salário por setor, com uma ampla diferença para a segunda posição.

<sup>6</sup> Cabe lembrar que a RAIS cobre apenas o setor formal de serviços. Daí a baixa participação do serviço doméstico no setor.

O setor de Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados é o segundo setor que mais perdeu participação, sendo tal fato importante, uma vez que o mesmo apresenta o maior salário médio dentre as atividades de serviços.

<b>Setores</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Varição (pp)</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	15,35	17,77	2,41
Alojamento e Alimentação	1,95	2,62	0,67
Transporte, Armazenagem e Comunicações	6,99	7,20	0,21
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	7,54	5,39	-2,15
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	12,91	14,37	1,46
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	40,04	36,40	-3,64
Educação	5,56	7,28	1,72
Saúde e Serviços Sociais	4,78	5,32	0,54
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	4,83	3,63	-1,21
Serviços Domésticos	0,01	0,01	-0,01
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0,02	0,02	-0,01
Total	100,00	100,00	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

A distribuição setorial dos estabelecimentos muito se difere em relação às outras variáveis. Enquanto o setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social é o primeiro no ranking da massa salarial e o segundo no ranking do emprego, no de estabelecimentos é um dos últimos. Na primeira posição está o setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos sendo responsável por mais da metade dos estabelecimentos do setor de serviços.

<b>Tabela 8 - Distribuição percentual estabelecimentos no setor de serviços por atividades - 2003/2014</b>			
<b>Setores</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Varição (pp)</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	52,22	51,14	-1,08
Alojamento e Alimentação	6,76	8,45	1,69
Transporte, Armazenagem e Comunicações	5,11	6,54	1,43
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	1,91	1,77	-0,14
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	16,30	16,26	-0,04
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0,78	0,57	-0,21
Educação	2,31	2,58	0,27
Saúde e Serviços Sociais	7,24	6,17	-1,08
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	6,96	6,41	-0,55
Serviços Domésticos	0,40	0,11	-0,29
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0,01	0,01	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

O salário médio das atividades de serviços obteve ganho médio real de 32% com destaque para Administração Pública, Defesa e Seguridade Social com 52% de aumento e Educação com 42%. Há grandes desníveis entre as remunerações médias dos diferentes segmentos analisados conforme pode ser verificado na tabela 9.

<b>Tabela 9 - Salário Médio do setor de serviços por atividade - 2003/2014 (R\$ de 2014)</b>			
<b>Setores</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Varição (%)</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	1.169	1.598	36,73
Alojamento e Alimentação	850	1.184	39,39
Transporte, Armazenagem e Comunicações	1.872	2.266	21,04
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	5.095	5.446	6,87
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	1.566	1.992	27,18
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2.228	3.384	51,88
Educação	2.330	3.318	42,39
Saúde e Serviços Sociais	1.596	2.178	36,51
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1.483	1.843	24,25
Serviços Domésticos	576	1.015	76,13
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	4.883	3.085	-36,82
<b>Total</b>	<b>1.801</b>	<b>2.376</b>	<b>31,94</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Visto que a distribuição das atividades de serviços muito se difere de acordo com as variáveis, a análise do tamanho médio dos estabelecimentos acrescenta mais informações. O setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social apresenta valores bem mais elevados para o tamanho médio dos estabelecimentos, o que indica um alto número de empregados para poucos estabelecimentos. Em contrapartida, o setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos, apresenta um baixo valor, assinalando que apesar de ser o segundo setor com maior número de empregos o mesmo também apresenta um elevado número de estabelecimentos, como ilustrado na tabela 10.

<b>Setores</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>Variação (%)</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	5,23	6,30	20,43
Alojamento e Alimentação	7,07	7,59	7,29
Transporte, Armazenagem e Comunicações	15,19	14,07	-7,36
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	16,12	16,20	0,48
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	10,51	12,85	22,30
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	476,08	542,03	13,85
Educação	21,49	24,69	14,87
Saúde e Serviços Sociais	8,60	11,47	33,49
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	9,73	8,88	-8,70
Serviços Domésticos	1,16	1,56	34,52
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	9,33	13,70	46,84
<b>Total</b>	<b>11,54</b>	<b>12,19</b>	<b>5,60</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

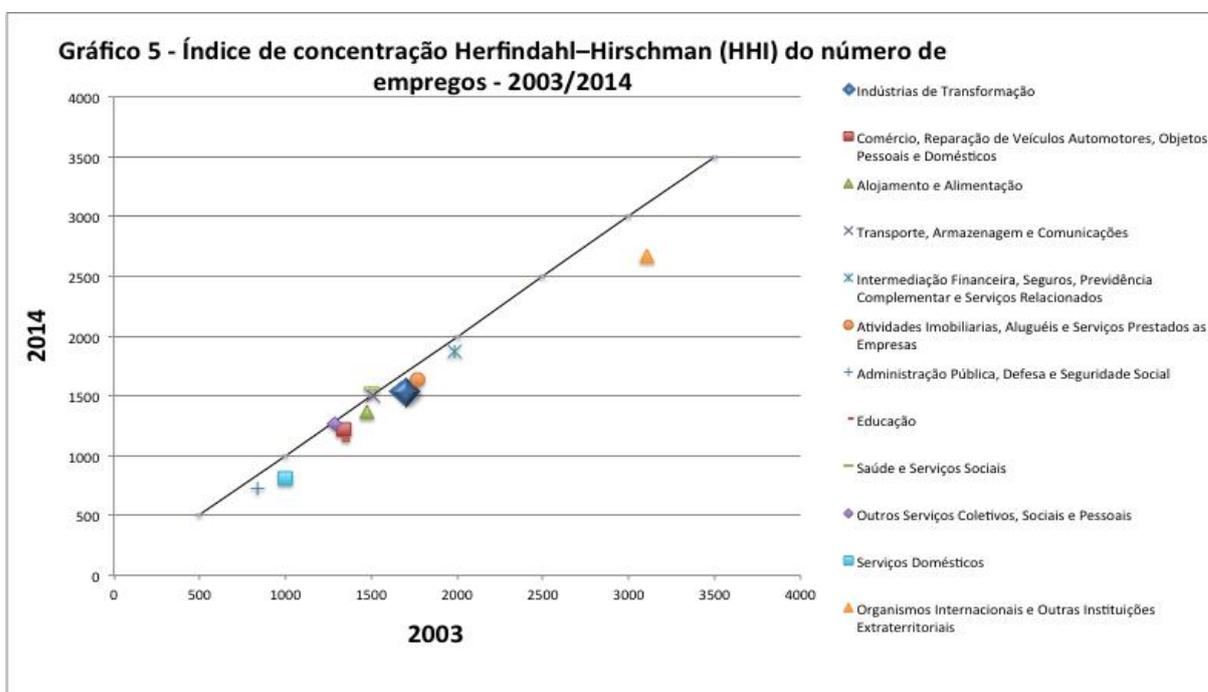
Em resumo, não parece ter havido uma diversificação significativa das atividades de serviços no período analisado. Apesar de certas atividades terem perdido participação em algumas variáveis as atividades que possuíam maior participação continuam dentre as primeiras posições no ranking do setor.

### **III.3 – Comparação entre o setor terciário e indústria**

Um dos objetivos desse trabalho é verificar até que ponto o movimento da desconcentração da indústria teria sido acompanhado pelo setor terciário. Dessa forma, esta seção se propõe a analisar os índices de concentração de cada setor para assim observar se ocorreu, ou não, desconcentração do setor terciário em conjunto com o setor industrial.

Ao analisar o índice Herfindahl–Hirschman (HHI) das variáveis emprego, número de estabelecimento e massa salarial, percebemos que no geral as atividades do setor terciário são menos concentradas que a indústria de transformação. Além disso, é observado que de fato ocorreu desconcentração regional, com exceção de uma ou outra atividade.<sup>7</sup>

Observando a variável emprego é possível notar que a atividade de Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados é bem mais concentrada que a indústria de transformação. Em contrapartida, a atividade de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social é menos concentrada. O que é plausível, visto que órgãos públicos estão presentes em todos os municípios. Outra atividade que merece destaque é a de Transporte, Armazenagem e Comunicação, pois a mesma possui forte ligação com a indústria. Tal atividade apresentou uma redução na desconcentração mínima, praticamente permanecendo sobre a reta de 45 graus conforme o gráfico 5.<sup>8</sup> Outro fato interessante é observar que as Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas possuem praticamente o mesmo valor para o HHI que a Indústria de Transformação. Por sinal, esse fato se repete ao se considerarem as variáveis número de estabelecimentos e massa salarial como será visto adiante.

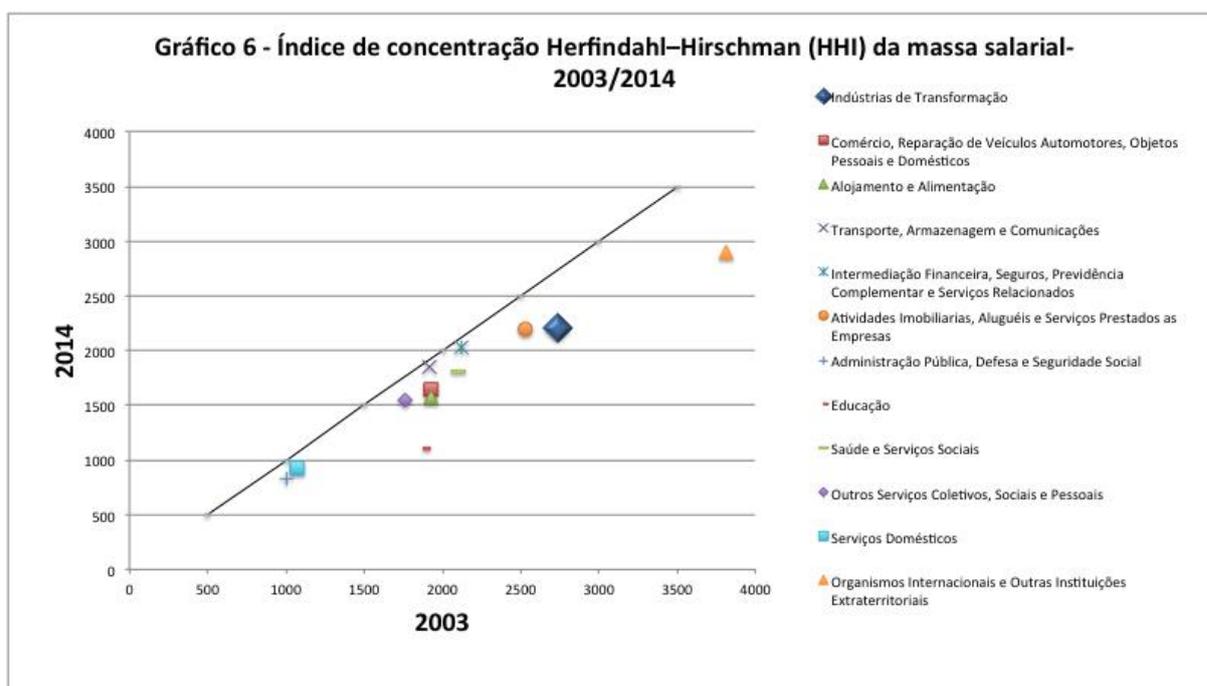


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

<sup>7</sup> Apenas as atividades de Educação, Saúde e Serviços Sociais, e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais apresentaram aumento do HHI em uma das variáveis utilizadas.

<sup>8</sup> A análise da variação da desconcentração regional é feita a partir dos gráficos 5, 6 e 7 onde a linha contínua representa a reta de 45 graus. Assim, pontos à direita da reta correspondem a setores que desconcentraram regionalmente e vice-versa.

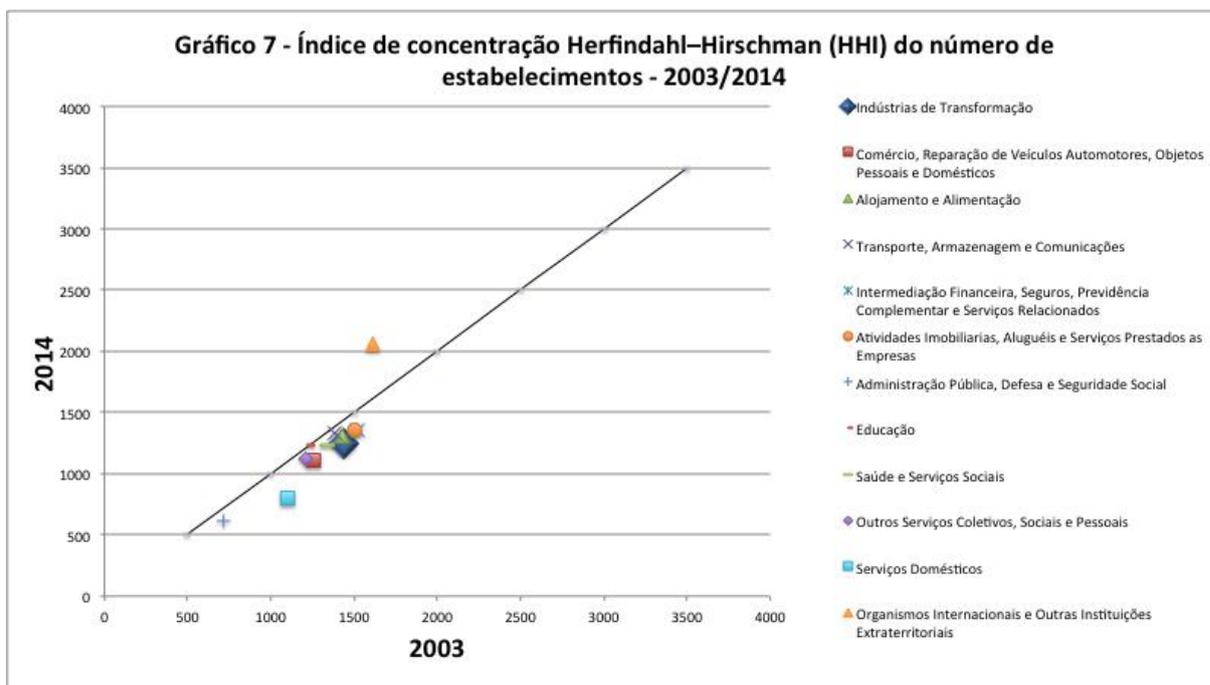
A variável da massa de salários é a que possui os maiores valores, ou seja, é onde as atividades são mais concentradas, mas houve desconcentração em todas as atividades de serviços. A indústria de transformação possui a maior concentração ao ser comparada com as atividades de serviços, exceto pela atividade de Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais<sup>9</sup>. Mais uma vez a atividade de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social é a menos concentrada.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Ao analisar o gráfico 7 a seguir é possível ver que os pontos estão mais aglomerados, indicando que o HHI do número de estabelecimentos do setor terciário e da indústria possuem valores relativamente próximos. Mais uma vez o HHI das Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas apresenta valor muito próximo ao da Indústria de Transformação. A menor concentração regional continua a ser encontrada na Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. Com exceção dos Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, a regra geral foi a redução da concentração regional ao se utilizar como variável o número de estabelecimentos.

<sup>9</sup> Tal segmento apresenta um comportamento atípico, pois, é um segmento com poucos empregos e possui pouca representatividade no setor de serviços.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

A tabela 11 a seguir apresenta os valores dos índices de concentração do setor terciário para as três variáveis. Os índices para a variável emprego ficam em torno de 1500, tirando algumas exceções, como o setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais. Os índices da variável número de estabelecimentos são menores se comparados à variável anterior, indicando assim que os estabelecimentos são menos concentrados que o emprego nas regiões do país. Por outro lado, os índices da massa de salários são consideravelmente mais elevados que os das outras duas variáveis. Apenas três setores apresentaram algum tipo de concentração entre 2003 e 2014. São eles: Educação, que se concentrou ligeiramente na variável estabelecimentos; Saúde e Serviços Sociais, um pouco mais de concentração na variável empregos; e Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, que se concentrou na variável estabelecimentos.

<b>Tabela 11 - Índice de concentração Herfindahl–Hirschman (HHI) por setor - 2003/2014</b>						
<b>Setores</b>	<b>Empregos</b>		<b>Estabelecimentos</b>		<b>Massa Salarial</b>	
	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
Indústrias de Transformação	1.698	1.535	1.437	1.248	2.737	2.207
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	1.340	1.222	1.253	1.109	1.924	1.651
Alojamento e Alimentação	1.471	1.367	1.433	1.307	1.922	1.578
Transporte, Armazenagem e Comunicações	1.509	1.497	1.382	1.329	1.915	1.847
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	1.989	1.868	1.523	1.396	2.119	2.027
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	1.769	1.643	1.501	1.357	2.528	2.201
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	838	727	712	619	1.000	829
Educação	1.334	1.132	1.223	1.235	1.876	1.106
Saúde e Serviços Sociais	1.500	1.564	1.341	1.239	2.098	1.815
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1.283	1.274	1.209	1.117	1.761	1.544
Serviços Domésticos	999	808	1.103	795	1.069	930
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	3.106	2.675	1.611	2.064	3.815	2.897
<b>Total</b>	<b>1.296</b>	<b>1.220</b>	<b>1.310</b>	<b>1.184</b>	<b>1.722</b>	<b>1.435</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Outra análise importante para compreender a relação do setor terciário com a indústria de transformação é feita a partir da relação do HHI das atividades de serviços com o setor industrial. Valores menores que 1 indicam que o setor é menos concentrado que a indústria e vice e versa. Tais resultados estão na tabela 12.

No que diz respeito à variável emprego temos três setores que são mais concentrados que a indústria: Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados; Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais. Além desses a atividade de Saúde e Serviços Sociais passou a ser levemente mais concentrada que o setor industrial no ano de 2014.

A variável estabelecimentos apresenta os mesmos três setores que são mais concentrados que a indústria de transformação nos dois anos, e, além desses, também o setor de Alojamento e Alimentação. No ano de 2014 o setor de Transporte, Armazenagem e Comunicação também apresentou um HHI maior que o da indústria. Ademais, outros setores apresentam números próximos de 1, indicando que seu HHI se aproxima do HHI da indústria.

Por outro lado, apenas a atividade de Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais apresenta HHI maior que o da indústria no que diz respeito à massa de salários. Em contrapartida, outros setores são significativamente menos concentrados, como Educação e, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.

Um último ponto que merece ser destacado é o fato das relações entre HHI apresentadas na tabela 12 terem mostrado uma tendência de elevação no período nas três variáveis utilizadas em praticamente todas as atividades do setor terciário, indicando que a desconcentração regional no setor terciário tem ocorrido de forma um pouco menos intensa que a da indústria de transformação.

<b>Tabela 12 - Relação entre o HHI das atividades do setor terciário e a indústria de transformação - 2003/2014</b>						
<b>Setores</b>	<b>Empregos</b>		<b>Estabelecimentos</b>		<b>Massa Salarial</b>	
	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	0,79	0,80	0,87	0,89	0,70	0,75
Alojamento e Alimentação	0,87	0,89	1,00	1,05	0,70	0,72
Transporte, Armazenagem e Comunicações	0,89	0,98	0,96	1,06	0,70	0,84
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	1,17	1,22	1,06	1,12	0,77	0,92
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	1,04	1,07	1,04	1,09	0,92	1,00
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0,49	0,47	0,50	0,50	0,37	0,38
Educação	0,79	0,74	0,85	0,99	0,69	0,50
Saúde e Serviços Sociais	0,88	1,02	0,93	0,99	0,77	0,82
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	0,76	0,83	0,84	0,89	0,64	0,70
Serviços Domésticos	0,59	0,53	0,77	0,64	0,39	0,42
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	1,83	1,74	1,12	1,65	1,39	1,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em suma, vemos que apesar de haver algumas diferenças entre os índices de concentração do setor terciário e da indústria, os resultados desta seção confirmam que ocorreu um movimento de desconcentração regional dos vários segmentos do setor terciário semelhante ao movimento observado na indústria de transformação.

## CONCLUSÃO

Durante o século XX, mais precisamente a partir dos anos 40, observou-se que a economia brasileira iniciava um processo de desconcentração regional, que foi intensificado nos anos 70 com a propagação para o setor industrial. Desde então, muitos autores estudam a desconcentração regional brasileira da indústria e pouco se discute se estaria ocorrendo processo semelhante com o setor de serviços. Sendo assim, este trabalho se propôs a analisar a desconcentração regional do setor de serviços, uma vez que tal setor corresponde a mais de 70% do PIB brasileiro, e possui forte ligação com o setor industrial, sendo os serviços um importante insumo.

O setor de serviços apresenta uma estrutura muito heterógena, possuindo, de um lado, atividades de baixa intensidade tecnológica, baixa remuneração e produtividade, e de outro atividades de alta intensidade tecnológica e conhecimento, com a utilização de mão de obra qualificada e alta remuneração. Essa característica influencia diretamente na localização geográfica das atividades desse setor. As atividades mais produtivas estão concentradas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

A partir das análises feitas durante o presente trabalho foi constatado o crescimento dos serviços na economia brasileira, principalmente na massa de salários do setor, de mais de 100%, mostrando assim, o porquê dos serviços serem a principal parcela do PIB. Esse crescimento foi verificado em todas as unidades de federação, porém, os estados com menor representatividade cresceram em um ritmo mais intenso que os estados com maior representatividade. Por outro lado, conforme esperado, São Paulo, continua sendo a maior força econômica, com os maiores valores absolutos para as variáveis emprego, estabelecimentos e massa salarial.

Foi constatado também, que estaria ocorrendo um processo de desconcentração regional, os estados que possuíam maior participação nas variáveis tiveram queda da mesma e os estados com menor participação obtiveram ganho. Desse modo, a desconcentração se deu devido ao crescimento dos estados com menor participação. Os dados do índice Herfindahl-Hirschman comprovam esse processo de desconcentração, apresentando significativa queda para as três variáveis.

O estudo da dinâmica das atividades de serviços expôs que a mesma varia muito de acordo com a variável estudada. A atividade de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, por exemplo, possui forte participação no emprego e mínima participação na variável número de estabelecimentos. Além disso, não se verificou uma diversificação significativa, as atividades de maior destaque no setor de serviços continuaram nas mesmas posições, e as atividades de menor destaque também.

Ao compararmos os níveis de concentração das atividades de serviços com o processo ocorrido na indústria de transformação é possível notar, que na grande maioria, as atividades de serviços são menos concentradas que a indústria. Outro resultado importante encontrado foi o fato dos serviços, embora tenham se desconcentrado, apresentarem uma desconcentração menos intensa que a da indústria, entre os anos analisados.

O principal objetivo desse estudo foi verificar até que ponto vem ocorrendo um processo de desconcentração regional do setor de serviços e como esse processo se assemelha, ou não, ao processo do setor industrial. Além disso, o estudo mostrou como o processo ocorreu durante o período escolhido, mostrando o quão complexo ele é, e como se dá a diversificação do setor.

Por ser um tema pouco explorado e de extrema importância, visto que cada vez mais os serviços ganham destaque na economia brasileira, é fundamental que o estudo nessa área seja aprofundado. Este estudo trabalhou com uma forma mais agregada, usando como unidade regional os estados e Distrito Federal. Para um maior aprofundamento seria interessante que futuros estudos utilizassem unidades regionais mais desagregadas, como é o caso das mesorregiões e microrregiões. Por outro lado, a desagregação setorial dos serviços pode se amplificada em futuros estudos para se obter resultados mais detalhados. Dessa forma, o processo de desconcentração regional dos serviços poderia ser aprofundado e melhor compreendido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

ARBACHE, J. Por que serviços? in “Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil”, Orgs. N. Barbosa, N. Marconini. M.C. Pinheiro e L. Carvalho, São Paulo: Elsevier e FGV, 2015

ARBACHE, J. Serviços e competitividade industrial no Brasil. Confederação Nacional da Indústria – Brasília: Confederação Nacional da Indústria. 2014.

ARBACHE, J. Convergência ou Divergência de Renda? Desafios do Desenvolvimento no Século XXI. In Conferências de Lisboa, 1, 2014, Lisboa.

AZZONI, C. R. Setor terciário e concentração regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Eds.). Economia e Território. Setor terciário e concentração regional no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AZZONI, C. R. Setor terciário e concentração regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Eds.). Economia e Território. Setor terciário e concentração regional no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARROS, R. C.; SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. S. Diferenciação Regional da Geração de empregos Formais no Brasil no Quadriênio 2003/2006. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, n. 2, abr.-jun. 2006.

BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI, F. S.; SOUZA, K. B. Dinâmica do Setor de Serviços e sua Interação com o Setor Industrial: uma análise para a Região Sudeste no período pós Plano Real. XXXVI Encontro Nacional de Economia, ANPEC. Bahia. Dezembro, 2008.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Revista Nova Economia. V. 3, n.1, Belo Horizonte, setembro de 1993.

GALINARI, R.; JUNIOR, J. R. T. Serviços: conhecimento, inovação e competitividade. IN: BNDES Setorial 39. Rio de Janeiro, 2014, p. 235-289.

KON, A. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. Revista de Economia Política, vol. 27, n. 1 (105), p. 130-146, janeiro-março de 2007.

MARTINE, G.; DINIZ, C. C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jun.–set. 1991.

MEIRELLES, D. S. O Conceito de Serviços. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n.1, p. 119-136, janeiro-março de 2006.

MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G.; SABBATO, A. D.; DWECK, R. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. IPEA. Texto para discussão n. 549. Rio de Janeiro, 1998

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Economia e Sociedade, Campinas, 113-40, junho de 1996.

PEROBELLI, F. S.; CARDOSO, V. L.; VALE, V. A.; RODRIGUES, L. C. Localização do setor de serviços e sua relação com questões espaciais no Brasil: uma análise a partir do censo demográfico de 2010. Revista Brasileira de Economia de Empresas, Brasília, v.16, n. 1, p. 53-77, 2016.

RUIZ, R. M. Análise territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão. CEPAL, 2006.

SABOIA, J. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 23, p. 219-278, maio-agosto de 2013.

SILVA, A. C.; LIMA, E. C.; LIMA E. P. C. Dinâmica das atividades de comércio e serviços: uma análise regional a partir de medidas de localização. IV Colóquio Internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. Uberlândia, março de 2013

SILVA, A. M.; KUBOTA, L. C.; GOTTSCHALK, M. V.; MOREIRA, S. V. Economia de serviços: uma revisão da literatura. IPEA, Texto para discussão n. 1173. Brasília, 2006

SILVA, A. M.; NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. In IPEA. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. Brasília, 2006b, p. 15-34.

SILVA, C. M.; FILHO, N. A. M.; KOMATSU, B. K. Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira. IN Centro de Políticas Públicas – Insper, São Paulo, n.19, agosto de 2016.

SILVA, J. A.; TEIXEIRA, M. S. G. Desconcentração no Brasil: Nordeste, da SUDENE aos anos 2000. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 118-134, jul.-set. 2014.

SILVA, R. A. Aspectos do papel dos serviços no recente desenvolvimento regional brasileiro. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2008

TOPPAM, R. N. A questão regional brasileira: notas sobre a variação das disparidades entre as regiões a partir do avanço das políticas neoliberais. Sessão temática 10: perspectivas para o planejamento urbano e regional. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017

## ANEXO

<b>Anexo 1 - Número de empregos e estabelecimentos do setor de serviços - 2003/2014</b>				
<b>Estados</b>	<b>Empregos</b>		<b>Estabelecimentos</b>	
	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
11 - Rondônia	148.842	288.577	11.346	23.565
12 - Acre	59.141	113.510	2.929	6.235
13 - Amazonas	235.173	478.416	10.077	19.926
14 - Roraima	24.148	84.674	1.818	4.369
15 - Pará	443.837	871.894	23.188	48.426
16 - Amapá	57.233	116.824	2.620	6.059
17 - Tocantins	120.629	220.069	7.446	16.780
21 - Maranhão	296.107	613.227	16.814	36.499
22 - Piauí	210.445	378.950	11.960	25.881
23 - Ceará	612.292	1.165.949	42.206	78.862
24 - Rio Grande do Norte	299.141	496.523	19.276	37.796
25 - Paraíba	308.928	531.363	19.028	35.279
26 - Pernambuco	728.082	1.363.043	50.553	93.001
27 - Alagoas	204.736	386.030	13.599	27.538
28 - Sergipe	195.398	320.445	12.197	21.728
29 - Bahia	1.101.264	1.866.091	85.632	150.332
31 - Minas Gerais	2.187.042	3.559.823	232.362	360.593
32 - Espírito Santo	417.059	734.915	41.790	65.986
33 - Rio de Janeiro	2.482.362	3.816.356	187.964	250.227
35 - São Paulo	6.200.343	10.365.664	539.521	825.986
41 - Paraná	1.294.801	2.192.934	141.037	230.241
42 - Santa Catarina	764.457	1.427.719	99.539	163.260
43 - Rio Grande do Sul	1.349.551	2.138.849	158.685	230.022
50 - Mato Grosso do Sul	256.263	453.794	24.720	43.022
51 - Mato Grosso	276.835	541.226	27.231	55.448
52 - Goiás	613.637	1.082.558	55.660	105.725
53 - Distrito Federal	754.687	1.214.058	35.903	58.306
<b>Total</b>	<b>21.642.433</b>	<b>36.823.481</b>	<b>1.875.101</b>	<b>3.021.092</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

<b>Anexo 2 -Massa salarial e salário médio do setor de serviços - 2003/2014 (R\$ de 2014)</b>				
	<b>Massa salarial</b>		<b>Salário médio</b>	
<b>Estados</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
11 - Rondônia	250.985.752	625.363.964	1.686	2.167
12 - Acre	100.951.060	275.282.385	1.707	2.425
13 - Amazonas	418.795.004	1.063.257.528	1.781	2.222
14 - Roraima	49.592.586	213.132.129	2.054	2.517
15 - Pará	632.557.244	1.825.191.531	1.425	2.093
16 - Amapá	126.160.334	332.368.615	2.204	2.845
17 - Tocantins	166.172.063	524.988.042	1.378	2.386
21 - Maranhão	382.479.358	1.154.825.681	1.292	1.883
22 - Piauí	244.490.396	718.733.046	1.162	1.897
23 - Ceará	774.378.714	2.119.858.871	1.265	1.818
24 - Rio Grande do Norte	375.891.894	1.021.370.266	1.257	2.057
25 - Paraíba	384.122.306	981.767.037	1.243	1.848
26 - Pernambuco	996.481.072	2.692.908.133	1.369	1.976
27 - Alagoas	249.509.870	719.431.680	1.219	1.864
28 - Sergipe	259.372.751	681.524.851	1.327	2.127
29 - Bahia	1.473.519.498	3.627.463.869	1.338	1.944
31 - Minas Gerais	3.190.234.870	7.290.656.108	1.459	2.048
32 - Espírito Santo	636.917.154	1.580.733.849	1.527	2.151
33 - Rio de Janeiro	4.911.247.671	9.974.993.196	1.978	2.614
35 - São Paulo	13.123.924.366	26.763.667.226	2.117	2.582
41 - Paraná	2.098.130.409	5.031.061.364	1.620	2.294
42 - Santa Catarina	1.264.074.351	3.271.054.748	1.654	2.291
43 - Rio Grande do Sul	2.595.580.294	5.076.431.093	1.923	2.373
50 - Mato Grosso do Sul	395.036.022	1.079.133.644	1.542	2.378
51 - Mato Grosso	411.853.558	1.268.749.848	1.488	2.344
52 - Goiás	844.009.041	2.295.355.603	1.375	2.120
53 - Distrito Federal	2.618.759.262	5.288.632.459	3.470	4.356
<b>Total</b>	<b>38.975.226.902</b>	<b>87.497.936.763</b>	<b>1.801</b>	<b>2.376</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

<b>Anexo 3 - Número de empregos e estabelecimentos por setor de serviços - 2003/2014</b>				
<b>Setores</b>	<b>Empregos</b>		<b>Estabelecimentos</b>	
	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	5.119.479	9.728.107	979.110	1.544.847
Alojamento e Alimentação	896.307	1.937.154	126.716	255.268
Transporte, Armazenagem e Comunicações	1.455.552	2.779.158	95.826	197.492
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	576.578	865.950	35.773	53.468
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	3.212.471	6.313.013	305.639	491.123
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	7.003.147	9.409.661	14.710	17.360
Educação	930.774	1.920.803	43.309	77.804
Saúde e Serviços Sociais	1.167.820	2.138.447	135.850	186.358
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1.269.639	1.721.158	130.476	193.726
Serviços Domésticos	8.688	5.139	7.480	3.289
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	1.978	4.891	212	357
<b>Total</b>	<b>21.642.433</b>	<b>36.823.481</b>	<b>1.875.101</b>	<b>3.021.092</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

<b>Anexo 4 - Massa salarial e salário médio por setor de serviços - 2003/2014 (R\$ de 2014)</b>				
<b>Setores</b>	<b>Massa salarial</b>		<b>Salário médio</b>	
	<b>2003</b>	<b>2014</b>	<b>2003</b>	<b>2014</b>
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	5.983.313.178	15.545.377.906	1.169	1.598
Alojamento e Alimentação	761.579.716	2.294.354.485	850	1.184
Transporte, Armazenagem e Comunicações	2.724.604.113	6.297.018.945	1.872	2.266
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados	2.937.933.368	4.715.642.286	5.095	5.446
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	5.031.566.864	12.575.267.897	1.566	1.992
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	15.605.961.538	31.846.805.674	2.228	3.384
Educação	2.168.807.885	6.372.836.906	2.330	3.318
Saúde e Serviços Sociais	1.863.495.092	4.658.212.688	1.596	2.178
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1.883.302.317	3.172.116.760	1.483	1.843
Serviços Domésticos	5.004.753	5.213.958	576	1.015
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	9.658.078	15.089.258	4.883	3.085
<b>Total</b>	<b>38.975.226.902</b>	<b>87.497.936.763</b>	<b>1.801</b>	<b>2.376</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS